

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES COORDENADAS PELA SECRETARIA-GERAL DA COMISSÃO MISTA DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, CIENTÍFICA E CULTURAL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

(julho 98 / novembro 99)

Senhor Presidente do Tribunal de Contas de Portugal, Conselheiro Alfredo José de Sousa, anfitrião e presidente desta Reunião,

Senhores Presidentes dos Tribunais de Contas dos Países de Língua Portuguesa,

Senhores Membros da Comissão Mista de Cooperação dos Tribunais de Contas dos Países de Língua Portuguesa,

Senhoras e Senhores,

Peço licença para transmitir-lhes o terceiro Relatório de Atividades da Secretaria-Geral da Comissão Mista de Cooperação Técnica, Científica e Cultural dos Tribunais de Contas dos Países de Língua Portuguesa. O primeiro foi apresentado pelo titular da Secretaria-Geral, Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em outubro de 1997, em Maputo. O segundo foi por Sua Excelência apresentado em Lisboa, em junho de 1998.

Agora, substituindo eventualmente aquela ilustre autoridade, impedida de aqui comparecer por motivo de doença, apresento a Vossas Excelências um resumo das ações desenvolvidas pela Secretaria-Geral para que oficialmente seja dado conhecimento do trabalho realizado no período que abrange o mês de julho de 1998 até o presente momento.

I. ELABORAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE LISBOA

Havendo elaborado a Ata da Reunião ocorrida em 30 de junho de 1998, em Lisboa, a Secretaria-Geral distribuiu uma cópia aos Tribunais da Comunidade, de modo a dar conhecimento das decisões tomadas a todos os membros da Comissão Mista, inclusive àqueles que não puderam comparecer à Reunião. Temos ciência, no entanto, que o Tribunal de Contas da Guiné-Bissau não chegou a recebê-la, por problemas de comunicação existentes entre o Brasil e aquele país no início deste ano de 1999.

II. CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DA REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DE LISBOA

Conforme foi comunicado a Vossas Excelências por meio da Circular CPLP nº 013, de 31 de agosto de 1998, a Secretaria-Geral empenhou-se em cumprir as deliberações da Comissão Mista reunida em 30 de junho de 1998, em Lisboa. Foram as seguintes as providências adotadas:

1ª. remessa dos Relatórios de Atividades do Centro de Estudos e Formação e da Secretaria-Geral ao Secretário-Executivo da CPLP, Dr. Marcolino Moco, em 24 de agosto de 1998;

2ª. encaminhamento ao Tribunal de Contas de Portugal, Relator do Projeto do Estatuto da Organização dos Tribunais de Contas dos Países de Língua Portuguesa, do anteprojeto acompanhado das sugestões de alteração recebidas na Secretaria-Geral de Membros da Comissão Mista e Presidentes de Tribunais, em 31 de julho de 1998;

3ª. comunicação à Secretaria-Geral da Intosai sobre a realização da Reunião da Comissão Mista de Lisboa, em 05 de agosto de 1998, havendo o Senhor Secretário-Geral da Intosai, Dr. Franz Fiedler, agradecido a iniciativa e manifestado seu interesse pelas atividades de nossa Organização em correspondência de 17 de setembro de 1998;

4ª. envio de nota acerca da realização da Reunião da Comissão Mista em junho de 1998, em Lisboa, à Revista Internacional de Auditoria Governamental, da Intosai, e à Revista OLACEFS, em 03 de setembro de 1998 (a Revista da Intosai publicou a nota em sua edição de abril de 1999 e a da Olacefs na edição de março de 1999);

5ª. envio, ao Tribunal de Contas da Guiné-Bissau, da Moção de Solidariedade a ele dirigida, com cópias para o Tribunal de Contas de Cabo Verde, ausente à Reunião de Lisboa, e para a Secretaria-Executiva da CPLP, em 06 de agosto de 1998, havendo o Senhor Secretário Executivo, Dr. Marcolino Moco, agradecido e apresentado suas felicitações pela promoção das atividades de cooperação entre nossos Tribunais em correspondência de 28 de agosto de 1998;

6ª. entendimentos com os Presidentes dos Tribunais de Contas da União e de Portugal, bem como da Comissão Instaladora do Tribunal de Contas de Angola para viabilizar a visita, ainda em 1998, dos Presidentes das Instituições brasileira e portuguesa e do Secretário-Geral a Luanda, para um encontro com o Chefe do Governo e o Presidente do Parlamento angolanos durante o qual seriam mantidas conversações sobre a situação do Tribunal de Contas de Angola. Por razões de força maior, a visita teve que ser adiada, postergando-se, assim, o cumprimento dessa deliberação da Comissão Mista de Cooperação.

III. ESTÁGIOS, CURSOS E PALESTRAS

1. Comunicação ao Centro de Estudos e Formação sobre o interesse dos Tribunais no tocante à Formação:

Em atendimento à solicitação feita pelo Senhor Presidente do Tribunal de Contas de Portugal, no intuito de melhor atender os Tribunais da CPLP no que diz respeito a treinamentos no Centro de Estudos e Formação, a Secretaria-Geral consultou todos os Tribunais da Comunidade, em duas ocasiões (em 08 de junho

e 31 de julho de 1998), acerca de suas preferências e interesses em termos de formação técnica para o ano de 1999. As manifestações dos Tribunais de Angola e do Brasil sobre o assunto foram transmitidas ao Senhor Presidente do Tribunal português em 16 de outubro de 1998.

2. Realização de curso de auditoria no Instituto Serzedello Corrêa - ISC/TCU planejado especialmente para os Tribunais de Contas dos Países de Língua Portuguesa:

Com duração de três semanas, de 14 de setembro a 02 de outubro de 1998, foi realizado curso de auditoria voltado exclusivamente para técnicos dos Tribunais de Contas dos Países de Língua Portuguesa. Foi um treinamento promovido pelo ISC em conjunto com a Secretaria-Geral.

Participaram do curso os técnicos Maria Tomé Ferreira D' Araújo e Victor Pires do Espírito Santo, do Supremo Tribunal de Justiça de São Tomé e Príncipe, e Maria Celeste Castilho e Alves Alferes Caetano Mendoso, do Tribunal Administrativo de Moçambique.

O curso englobou auditoria de conformidade, contábil e financeira, operacional e ambiental, de acordo com os interesses expressos em questionários respondidos pelos Tribunais, algumas semanas antes do seu início. Além dos técnicos e dirigentes do TCU, trabalhou como instrutor nesse treinamento o Contador-Chefe Rui Alberto Águas Trindade, do Tribunal de Contas de Portugal, que focalizou a experiência da Instituição portuguesa no campo da auditoria.

3. Realização de palestra no TCU proferida por dirigente do Tribunal de Contas de Portugal:

No dia 29 de setembro de 1998, o Contador-Chefe Rui Alberto Águas Trindade proferiu a palestra "O Tribunal de Contas de Portugal e os Fundos e Instrumentos Financeiros Comunitários" ao corpo técnico do Tribunal de Contas da União e a convidados de órgãos da Administração Pública brasileira.

4. Convite aos Tribunais de Contas da CPLP para participarem do Curso de Auditoria da Tecnologia da Informação no ISC/TCU:

No período de 09 a 20 de novembro de 1998 foi realizado no ISC/TCU o Curso de Auditoria da Tecnologia da Informação, atividade que integra o Programa de Capacitação da Olacefs.

Para esse Curso a Secretaria-Geral ofereceu vagas a todos os Tribunais de Contas dos Países de Língua Portuguesa. No entanto, não foi possível a qualquer das Instituições de nossa Comunidade enviar representantes para o evento.

5. Participação de técnicos do TCU em curso e estágio no Tribunal de Contas de Portugal:

Os Analistas de Finanças e Controle Externo Antônio Ricardo dos Santos, Jussara Miranda Santos, Raimundo Nonato Gomes e Vera Lúcia Pinto participaram do Curso Auditoria de Avaliação e de estágios no Tribunal de Contas de Portugal, no período de 16 a 27 de novembro de 1998.

O Curso Auditoria de Avaliação foi ministrado por especialistas das Entidades Fiscalizadoras Superiores do Reino Unido e da Suécia, nos dias 23 e 24 de novembro. Já a fase de estágios consistiu no acompanhamento de auditorias de avaliação realizadas por equipes do Tribunal de Contas de Portugal. Dois dos Analistas brasileiros acompanharam a avaliação do Programa de Rendimento Mínimo Garantido e os dois outros acompanharam os trabalhos de auditoria de projetos co-financiados pela Administração portuguesa e por fundos da Comunidade Européia.

Entre as atividades organizadas pelo Tribunal de Contas de Portugal para os técnicos brasileiros, incluíram-se encontros com dirigentes de Contadorias daquela Instituição durante os quais houve intercâmbio de informações concernentes a rotinas, técnicas e metodologias de trabalho. Dessas reuniões, os participantes do TCU destacaram, em especial, os benefícios advindos das discussões havidas com os responsáveis pela fiscalização dos processos de privatização.

Após o curso, a Divisão de Formação do Tribunal de Contas de Portugal encaminhou ao TCU, em complementação às atividades desenvolvidas pelos Analistas brasileiros em Lisboa, material técnico publicado na Instituição. Foram enviados: relatórios de auditoria; livros sobre o Tribunal de Contas de Portugal e a privatização de empresas públicas portuguesas; e apostilas sobre normas de auditoria da Intosai e sobre auditorias de Fundos Comunitários. Todas essas publicações passaram a integrar o acervo da Biblioteca do TCU.

IV. DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES DE COOPERAÇÃO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

O artigo “*Os Tribunais de Contas dos Países de Língua Portuguesa reúnem-se em Lisboa*”, tratando da Reunião da Comissão Mista de junho de 1998, foi publicado na Revista de Direito Administrativo nº 213, referente ao trimestre julho/setembro de 1998.

Outra matéria – “*Colaboração entre o Tribunal de Contas da União e o Tribunal de Contas de Cabo Verde*” – foi publicada no nº 214 da mesma Revista de Direito Administrativo (trimestre outubro/dezembro de 1998). Ela aborda a consultoria que, no período de 2 a 16 de julho de 1998, o Dr. Carlos Nivan Maia, então titular da Secretaria de Contas do Governo e Transferências

Constitucionais do TCU, deu ao Tribunal de Contas de Cabo Verde, na elaboração do parecer sobre as contas do Estado cabo-verdiano.

Ambos os trabalhos são de autoria do Ministro Luciano Brandão Alves de Souza.

V. DIVULGAÇÃO DE TRABALHOS ELABORADOS POR MEMBROS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Os artigos “*Os Tribunais de Contas e o Sistema de Controlo Interno: o Sistema Nacional de Controlo Financeiro em Portugal*” e “*Os Tribunais de Contas na Melhoria da Administração Pública: a Experiência Portuguesa*”, de autoria do Juiz-Conselheiro Alfredo José de Sousa, foram publicados no número 75 da Revista do TCU. Um exemplar da Revista foi encaminhado a cada um dos Tribunais de Contas da Comunidade, em 23 de novembro de 1998.

Outros dois trabalhos do Senhor Presidente do Tribunal de Contas de Portugal – “*A Participação e Contribuição das Entidades Fiscalizadoras Superiores nos Processos de Modernização do Estado*” e “*As Entidades Fiscalizadoras Superiores e o Controlo dos Auxílios Estatais às Instituições Privadas que realizam actividades de interesse público*” – foram encaminhados para publicação, respectivamente, na Revista de Direito Administrativo e na Revista do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

Esses artigos foram encaminhados à Secretaria-Geral em atenção à solicitação formulada pelo Ministro Luciano Brandão Alves de Souza a todos os Tribunais da Comunidade no sentido de que enviassem trabalhos para publicação em revistas técnicas brasileiras.

VI. VISITA DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

A convite do Senhor Presidente do TCU, Ministro Iram Saraiva, o Presidente do Tribunal de Contas de Portugal, Juiz-Conselheiro Dr. Alfredo José de Sousa, participou do Ciclo Especial de Palestras sobre Controle e Fiscalização, realizado no TCU no período de 17 a 21 de maio de 1999, proferindo a palestra “*Características e Peculiaridades das Entidades Fiscalizadoras Superiores*”.

VII. REALIZAÇÃO DO IV ENCONTRO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA NO ANO 2000, NO BRASIL

A Secretaria-Geral encaminhou informe ao atual Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Iram Saraiva, relatando as principais ações de cooperação realizadas nesses quatro anos de execução do *Memorandum* de

Entendimentos e destacando as decisões tomadas nas Reuniões da Comissão Mista acerca dos próximos Encontros.

Em face desse informe, o Presidente Iram Saraiva confirmou a realização do Encontro no ano 2000, no Brasil, solicitando-nos que transmitisse à Comissão aqui reunida a satisfação que terá o TCU de sediar o IV Encontro dos Tribunais de Contas dos Países de Língua Portuguesa.

Considero oportuno recordar a Vossas Excelências que a realização desse IV Encontro no Brasil está inserida no conjunto das comemorações dos 500 Anos do Descobrimento do Brasil. O Tribunal de Contas da União se faz presente nessas celebrações não apenas como sede para o conagraçamento dos representantes dos Tribunais dos Países lusófonos, mas também pelo fato de um de seus Membros – o Ministro Marcos Vilaça, aqui presente – ser o Coordenador-Geral, pelo lado brasileiro, do Congresso Brasil-Portugal, que vem desenvolvendo intensa atividade cultural, técnica e científica ao longo do ano de 1999, a qual se estenderá por todo o ano 2000, abordando e debatendo temas do maior interesse para o Brasil e Portugal.

—

Finalizando esta exposição acerca das mais recentes ações da Secretaria-Geral, gostaria de agradecer a todos, em meu nome e em nome do Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, o apoio recebido para a consecução das tarefas que lhe foram e são cometidas.

Agradeço especialmente ao anfitrião deste encontro, o Juiz-Conselheiro Dr. Alfredo José de Sousa, por nos proporcionar a oportunidade desta Reunião, como sempre marcada por inegável clima de amizade e cooperação. Muito obrigado, Senhor Presidente.

Por fim, gostaria de render uma justa homenagem ao Secretário-Geral da Comissão Mista, Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, lamentavelmente ausente nesta oportunidade por motivos já referidos, em face do produtivo trabalho que vem desenvolvendo à frente desta Secretaria nesses últimos quatro anos.

Penso expressar o desejo de todos ao almejar ao eminente dirigente votos de rápida e completa recuperação de seu estado de saúde, e de que deste registro Sua Excelência seja comunicado.

De minha parte, envidarei todos os esforços para que esta Reunião Anual da Comissão Mista atinja plenamente seus reais objetivos, fortalecendo ainda mais a Organização a que todos orgulhosamente pertencemos.

Muito obrigado.

Ministro ADHEMAR PALADINI GHISI

Secretário-Geral “ad hoc”